

**A. I. Nº** - 299430.0002/18-8  
**AUTUADO** - MEDTEST DIAGNÓSTICA COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E  
EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - JORGE LUIZ SANTOS DA COSTA  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 20/11/2018

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0153-01/18**

**EMENTA:** ICMS. MULTA. FALTA DE PAGAMENTO DA ANTECIPAÇÃO PARCIAL. O autuado não efetuou o pagamento da antecipação parcial, mas tributou as mercadorias nas operações subsequentes, e requereu a improcedência por considerar a multa aplicada como confiscatória. A multa exigida está prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, sendo aplicada com base no § 1º, e não é competência deste órgão julgador a negativa da aplicação da legislação tributária do Estado da Bahia. Auto de infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O auto de infração em lide, lavrado em 22/03/2018, formaliza a exigência de multa no valor total de R\$1.186.724,42, em decorrência de ter deixado de pagar o ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente (07.15.03), ocorridas nos meses de março, abril e outubro de 2014, janeiro a março de 2015 e de junho de 2015 a dezembro de 2017, prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O autuado, através de representante legal, apresentou defesa das fls. 59 a 66. Alertou que a multa foi aplicada em razão de conduta que não causou qualquer prejuízo ao erário, uma vez que foi reconhecido que o imposto foi integralmente quitado na saída. Alegou que o percentual cobrado (60%) é uma cobrança confiscatória, expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 150, IV. Trouxe comentários de doutrinadores acerca do confisco e decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Requereu a improcedência do auto de infração.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 70 e 71. Disse que o trabalho foi executado com base na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e nas Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) constantes no banco de dados da SEFAZ-BA. Explicou, ainda, que a multa está prevista no artigo 42 da Lei Estadual nº 7.104/96, não lhe cabendo analisar sua constitucionalidade.

**VOTO**

Neste auto de infração, foram observados todos os requisitos previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente auto de infração foi lavrado com base nas informações constantes na Escrituração Fiscal Digital (EFD), e nas Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs). O autuado pautou sua defesa na argumentação de que a multa aplicada é confiscatória, indo de encontro ao estabelecido no inciso IV, do art. 150 da Constituição Federal. Admitindo, portanto, a falta de pagamento da antecipação parcial, que motivou a lavratura do auto de infração.

O autuado é contribuinte que apura o imposto pelo regime normal, e deixou de recolher o imposto devido por antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à

comercialização, mas tributou normalmente o imposto nas saídas subsequentes.

De acordo com o § 1º, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, quando o contribuinte sujeito ao regime normal de apuração deixa de recolher o imposto por antecipação parcial, mas recolhe o imposto na operação ou operações de saída posteriores, a exigência do tributo que deveria ter sido pago por antecipação fica dispensada, mas deve ser aplicada a penalidade prevista na alínea “d” do inciso II. O valor da multa foi devidamente apurado, conforme demonstrado nas planilhas anexadas em CD à fl. 53.

De acordo com o inciso I, do artigo 167 do RPAF, não é competência deste órgão julgador a declaração de inconstitucionalidade da legislação tributária estadual. Ademais, também não se incluem na competência dos órgãos julgadores a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior, conforme estabelecido no inciso III, do art. 167 do RPAF.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** do Auto de Infração nº **299430.0002/18-8**, lavrado contra **MEDTEST DIAGNÓSTICA COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa percentual no valor de **R\$1.186.724,42**, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de agosto de 2018.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR